Common law, equity e a recepção do direito inglês

Dr Alexander Ressos, TEP
Attorney-at-Law (Switzerland and Germany),
Solicitor (England & Wales and Hong Kong)
Of Counsel, KGP Legal LLC
alexander.ressos@kgplegal.com.sg
www.ressos.com.sg

A adaptação mais difícil para o jurista de formação continental é a ideia de que grande parte do direito aplicável nunca foi legislada. O Application of English Law Act 1993 resolve a questão em duas frases. A seção 3(1) dispõe que o common law da Inglaterra, incluindo os princípios e regras da equity, na medida em que integrava o direito de Singapura imediatamente antes de 12 de novembro de 1993, continua a integrar o direito de Singapura. A seção 3(2) acrescenta que o common law permanece em vigor na medida em que seja aplicável às circunstâncias de Singapura e de seus habitantes, com as modificações que essas circunstâncias exigirem.[1] A seção 4 e o First Schedule enumeram, em seguida, as leis inglesas que continuam a aplicar-se com modificações. Entre elas estão o Misrepresentation Act 1967 e o Unfair Contract Terms Act 1977, ambos relevantes quando um tribunal de Singapura interpreta os termos de serviço de uma exchange de criptoativos.[2]

Daí decorrem três consequências para os ativos digitais. Primeiro, a questão de saber se um criptoativo é propriedade nunca seria respondida por uma lei. Foi respondida por juízes que aplicaram o conceito de common law de "thing in action" (direito incorpóreo exigível) e o conceito de trust da equity. A linha jurisprudencial vai de Quoine Pte Ltd v B2C2 Ltd [2020] SGCA(I) 02, passando por CLM v CLN [2022]

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

SGHC 46 e Janesh s/o Rajkumar v Unknown Person [2022] SGHC 264, até ByBit Fintech Ltd v Ho Kai Xin [2023] SGHC 199, que a Parte J analisa em profundidade.[3] Segundo, os remédios que tornam Singapura atraente para a recuperação de ativos, a proprietary injunction, a worldwide freezing order, as ordens de exibição Bankers Trust e Norwich Pharmacal e o constructive trust, são todos criações da equity e do common law. Existem porque o direito inglês foi recebido. Desenvolvem-se porque os juízes de Singapura continuam a ler decisões inglesas, australianas e de Hong Kong como autoridade persuasiva. Terceiro, o conceito suíço de Sache (coisa), nos termos dos arts. 641 e segs. do Código Civil suíço (ZGB/CC), não tem equivalente. Não há numerus clausus de direitos reais no sentido do direito continental, de modo que os tribunais se sentiram livres para estender a proteção proprietária a uma classe de ativos que o legislador nunca nomeou.

A recepção não é estática. A expressão "na medida em que seja aplicável às circunstâncias de Singapura" tem sido usada para afastar precedentes ingleses quando o Court of Appeal considerou a regra inglesa inadequada. No direito contratual, Singapura manteve uma doutrina de erro unilateral na equity que os tribunais ingleses abandonaram. Essa diferença decidiu o caso Quoine, e toda plataforma de negociação algorítmica que opere em Singapura deve incorporá-la a seu modelo de risco.[4] O jurista suíço deve, portanto, tratar os manuais ingleses como um mapa do direito de Singapura e nunca como o próprio território.

Notas

1. Application of English Law Act 1993 (2020 Rev Ed), seção 3(1) e (2), texto conforme publicado no Singapore Statutes Online. ↩
2. Application of English Law Act 1993, seção 4(1)(a) e First Schedule (leis inglesas aplicáveis em Singapura na medida especificada na quarta coluna). ↩
3. Quoine Pte Ltd v B2C2 Ltd, Court of Appeal, 24 de fevereiro de 2020, citação neutra 2020 SGCA(I) 02; CLM v CLN, General Division, 4 de março de 2022, 2022 SGHC 46; Janesh s/o Rajkumar v Unknown Person ("CHEFPIERRE"), 21 de outubro de 2022, 2022 SGHC 264; ByBit Fintech Ltd v Ho Kai Xin, 25 de julho de 2023, 2023 SGHC 199. ↩

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

4. Quoine Pte Ltd v B2C2 Ltd, 2020 SGCA(I) 02, §§ 78–131, sobre o erro unilateral no common law e na equity, aplicando Chwee Kin Keong v Digilandmall.com Pte Ltd, 2005 1 SLR(R) 502. ↩

Disclaimer

This article is provided for general information only. It is based on publicly available sources as at its date of publication. These sources have not been independently verified against licences, regulatory registers or the records of the entities concerned. It is not legal, tax, financial or investment advice. Nor is it a recommendation to invest in, transact with or use the services of any entity mentioned. Law and regulation change frequently, so the content may be incomplete or outdated. To the fullest extent permitted by law, Dr Alexander Ressos and the publisher of SingaporeIQ exclude all liability for loss or damage arising from the use of or reliance on this article. Readers should obtain advice on their specific circumstances before acting or refraining from action.

Names and trademarks of the entities discussed belong to their owners and are used for identification only. Their mention implies no endorsement, affiliation or allegation of wrongdoing. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. Corrections and updates: contact@ressos.com.

© 2026 Dr Alexander Ressos. This article may be quoted with attribution to SingaporeIQ (SingaporeIQ.com). Reproduction in full and any commercial use require prior written consent. The Legal Terms at https://singaporeiq.com/legal-terms apply.

Author contact: Dr Alexander Ressos, TEP · contact@ressos.com